

Remetente (pessoa jurídica):

CNPJ

00.394.460/0058-87

Nome da instituição

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Setor

Assessoria Técnica (Asesp)

Responsável pelo envio (Pessoa física):

Nome

Daniella Góes de Araújo

Telefone

(61)3412-2706

E-mail

daniella.araujo@rfb.gov.br

Destinatário:

Nome

Leila Mascarenhas

Setor

Presidência

Descrição do documento

OFÍCIO nº 395/2024 – GABINETE/RFB, de 19 de agosto de 2024; e Termo de Adesão celebrado pela Receita Federal ao Termo de Cooperação Técnica nº 3/2023, referentes aos serviços da Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

Anexos

Termo de Adesão - Receita Federal - Justiça Itinerante Amazônia Legal.pdf
OFICIO-no-395-2024---GABINETE-RFB.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



Ministério da
Fazenda



OFÍCIO nº 395/2024 – GABINETE/RFB

Brasília-DF, 19 de agosto de 2024.

À Senhora
LEILA MASCARENHAS
Chefe de Gabinete
Presidência do Conselho Nacional de Justiça
SAF Sul Quadra 2, Lotes 5/6, bloco F, sala 401 – Asa Sul
CEP: 70070-600 - Brasília – DF
E-mail: presidencia@cnj.jus.br

Assunto: Encaminha uma via assinada do Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 3/2023, referentes aos serviços da Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

e-Processo: 10265.339793/2024-82

Senhora Chefe de Gabinete,

Em atendimento a pleito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresentado a esta Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil pela Magistrada Lívia Cristina Peres, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ, encaminho-lhe, em anexo, assinada eletronicamente pelo Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, uma via do Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 3/2023, referente aos serviços da Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

Solicito-lhe o obséquio de informar a esta Secretaria a ocorrência da publicação referida no item 5 do Termo de Adesão.

Atenciosamente,

Assinatura digital
MIRIAN TAKADA

Chefe de Gabinete da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Gabinete da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda, Bl. P, 7º andar, CEP 70048-900 – Brasília-DF



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 19/08/2024 15:06:31 por Mirian Takada.

Documento assinado digitalmente em 19/08/2024 15:06:31 por MIRIAN TAKADA.

Esta cópia / impressão foi realizada por DANIELLA GOES DE ARAUJO em 19/08/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP19.0824.16241.3M6E

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
4B8E9EC3DCE5093177058B621A2D54ADB86F2A77DE3E0EC3ED2A48AC607EAD2F



Ministério da
Fazenda



**TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA Nº 03/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS
DA JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA
AMAZÔNIA LEGAL.**

A SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, órgão do Ministério da Fazenda, com sede no Edifício Sede do Ministério da Fazenda, Bloco P, 7º andar, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, CEP: 70048-900, CNPJ nº 00.394.460/0058-87, neste ato representada pelo Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, senhor **ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

O senhor **ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS**, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, § 2º, 115, § 1º, e 125, § 7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei nº 10.259/2001; Resolução CNJ nº 460/2022; bem como aos arts. 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ nº 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

I – Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;

II – Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;



Ministério da
Fazenda



III – Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;

IV – Designação de profissionais e disponibilização der recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

V – Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

1. ATUAÇÃO COORDENADA: A SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

2. GESTOR(A) LOCAL: indica para gestor(a) local do presente instrumento o Senhor José Pereira de Barros Neto, Superintendente da Receita Federal do Brasil da 2ª Região Fiscal, endereço eletrônico: jose.pereira-neto@rfb.gov.br, telefones: (91) 99378-0861 e (91) 99202-4830, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

3. VIGÊNCIA: o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

4. RESPONSABILIDADES

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

I – Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

II – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III – Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;



Ministério da
Fazenda



IV – Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;

V – Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);

VI – Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP

I – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

II – Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

III – Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV – Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V – Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

4.3 São responsabilidades gerais da SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL:



Ministério da
Fazenda



I – Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes o CJF, CSJT e CNMP;

II – Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III – Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV – Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V – Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

5. PUBLICAÇÃO: O presente instrumento será divulgado, pelo **CNJ**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/21.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 19/08/2024 14:21:49 por Robinson Sakiyama Barreirinhas.

Documento assinado digitalmente em 19/08/2024 14:21:49 por ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS.

Esta cópia / impressão foi realizada por DANIELLA GOES DE ARAUJO em 19/08/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP19.0824.16375.N3N8

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
043834B0A69A126037BFED94648C0EBA4E83D361C509FA96072B850BA39DCEA0